

[Handwritten signature]



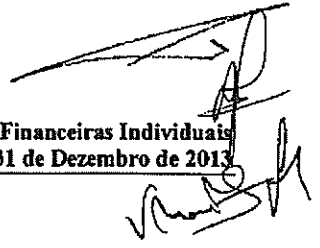
Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2013

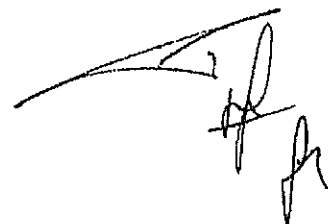
Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2013.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2013.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2013.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2013.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Activos fixos tangíveis.....	13
5. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	14
6. Clientes.....	14
7. Estado e outros entes públicos.....	14
8. Outras contas a receber.....	15
9. Diferimentos.....	15
10. Caixa e depósitos bancários.....	15
11. Capital realizado.....	15
12. Reserva legal	16
13. Resultados transitados.....	16
14. Outras variações no capital próprio.....	16
15. Financiamentos obtidos.....	16
16. Outras contas a pagar.....	17
17. Fornecedores.....	17
18. Vendas e prestações de serviços	17
19. Subsídios à exploração.....	18
20. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	19
21. Fornecimentos e serviços externos.....	19
22. Gastos com o pessoal.....	19
23. Aumento /redução de justo valor	19
24. Outros rendimentos e ganhos.....	20
25. Outros gastos e perdas.....	20
26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20
27. Resultados financeiros	21
28. Eventos subsequentes.....	21
29. Informações exigidas por diplomas legais.....	21



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013



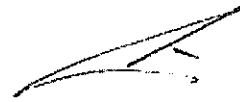
	Notas	31.Dez.2013	31.Dez.2012
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	33.086,09	37.960,33
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	5	0,00	4.930,84
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas / sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		33.086,09	42.891,17
Inventários			
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes	6	70.032,46	29.091,10
Adiantamentos a fornecedores		807,81	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas / sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	8	99.428,75	125.461,81
Diferimentos	9	2.844,16	1.439,27
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	10	9.227,24	1.413,13
Total dos Activos Correntes		182.334,92	157.405,31
		215.421,01	200.296,48
Capitais Próprios			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
Accções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	12	2.411,45	2.307,67
Outras reservas		27.290,09	27.290,09
Resultados transitados	13	15.871,24	13.899,53
Ajustamentos de Transição	14	-6.876,80	-6.876,80
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		1.204,57	2.075,49
Total dos Capitais Próprios		89.900,55	88.695,98
Passivo			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		282,90	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		282,90	0,00
Fornecedores			
Adiantamento de clientes	17	14.806,11	5.389,98
Estado e outros entes públicos	7	26.786,58	13.073,86
Acionistas / sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	15	33.145,76	64.424,24
Outras contas a pagar	16	50.499,11	28.712,42
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		125.237,56	111.600,50
Total do Passivo		125.520,46	111.600,50
		215.421,01	200.296,48

Vinhais, 28 de Março de 2014 Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Victor Passos / Rui Costa
TBC 85554



Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2013	31.Dez.2012
Vendas de mercadorias		0,00	0,00
Prestação de serviços	18	570.446,25	349.488,97
Subsídios à exploração	19	277.000,00	150.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	20	-4.930,84	-59,50
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	21	-419.539,37	-280.940,07
Gastos com o pessoal	22	-408.762,69	-203.784,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	24	77,69	109,76
Outros gastos e perdas	25	-2.289,77	-2.084,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12.001,27	12.730,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-5.704,24	-5.619,84
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.297,03	7.110,56
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	27	-1.502,80	-1.974,43
Resultado antes de impostos		4.794,23	5.136,13
Imposto sobre o rendimento do período	7	-3.589,66	-3.060,64
Resultado líquido do período		1.204,57	2.075,49
Resultado por acção básico		0,00	0,00

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 28 de Março de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Victor Manuel Pinheiro
TOC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EEM

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.13	31.Dez.12
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		607.149,25	314.675,25
Pagamentos a fornecedores		-266.439,56	-153.660,52
Pagamentos ao pessoal		-246.014,12	-119.945,98
Caixa gerada pelas operações		<u>94.695,57</u>	<u>41.068,75</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-453,27	-3.407,21
Outros recebimentos/pagamentos		-84.017,39	-28.418,23
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>10.224,91</u>	<u>9.243,31</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		-738,00	-6.163,47
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
		<u>-738,00</u>	<u>-6.163,47</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>-738,00</u>	<u>-6.163,47</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1.502,80	-1.947,43
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		<u>-1.502,80</u>	<u>-1.947,43</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>-1.502,80</u>	<u>-1.947,43</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>7.984,11</u>	<u>1.132,41</u>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.413,13	307,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>9.222,24</u>	<u>1.413,13</u>

Para ser lido com as notas anexas as demonstrações financeiras

Vinhais, 28 de Março de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ProRuris, EEM – Anexo 2013

Ribeiro Manuel Pinheiro
T.O.C. 05554

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
6

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores de capital								
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitários	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
1		50.000,00	1.576,11	27.290,09	0,00	-6.876,80	14.631,09	86.620,49
<p><i>Posição no Início do Período 2012</i></p>								
<p>Alterações no período</p>								
<p>Princípio adopção de novo referencial contabilístico</p>								
<p>Alterações de políticas contabilísticas</p>								
<p>Diferenças de conversão de demonstrações financeiras</p>								
<p>Realização do excedente de revalorização de activos</p>								
<p>Excedente de revalorização de activos</p>								
<p>Ajustamentos por impostos diferidos</p>								
<p>Outras alterações reconhecidas no capital próprio</p>								
2		-	731,56	0,00	13.899,53	-	-14.631,09	0,00
<p>Resultados Líquido do Período</p>								
3		-	731,56	0,00	13.899,53	-	-14.631,09	0,00
<p>Resultado Integral</p>								
4 = 2 + 3		-	731,56	0,00	13.899,53	-	-14.631,09	0,00
<p>Operações com detentores de capital próprio</p>								
<p>Realizações de capital</p>								
<p>Realizações de prémios de emissão</p>								
<p>Distribuições</p>								
<p>Entradas para cobertura de perdas</p>								
<p>Outras operações</p>								
5		-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
<p>Posição no Fim do Período 2012</p>								
4 = 1 + 2 + 3 + 5		50.000,00	2.307,67	27.290,09	13.900	-6.876,80	2.075,49	88.695,98

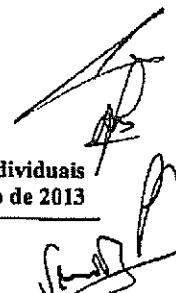
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 28 de Março de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Victor Manuel Pimentel
TCC 85554

ADMINISTRAÇÃO
Delegado do Conselho Municipal



Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM, NIF.507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007, tendo sede em Rua das Freiras, Ed. Paços do Concelho, exercendo a actividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho e formação profissional. Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 e com o Capital Social de cinquenta mil euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2013 as demonstrações financeiras da PRORURIS foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” Nota.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Proruris são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20-100
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 20
Outros activos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

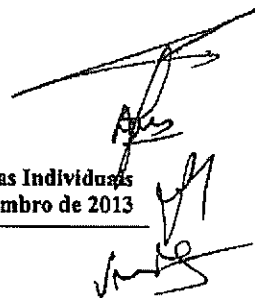
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".



3.7. Capital social

A Proruris tem um capital estatutário de 50.000 € (cinquenta mil euros)

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

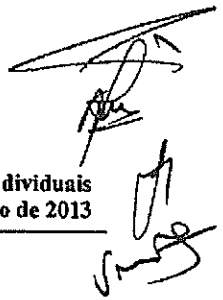
Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços e no caso da formação o rendimento é reconhecido na data do pedido de pagamento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.13. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31-Dez-12 31-Dez-
	Saldo em 01- Jan 12	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	4.071,17	-	-	-	-	4.071,17
Equipamento básico	0,00	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	25.721,53	5.010,95	-	-	-	30.732,48
Equipamento biológico	0,00	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	31.683,63	-	-	-	-	31.683,63
Outros activos fixos tangíveis	383,00	1.120	-	-	-	1.503,00
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>61.859,33</u>	<u>6.130,95</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.990,28</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	182,56	40,71	-	-	-	223,27
Equipamento básico	0,00	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	13.600,96	3.319,58	-	-	-	16.920,54
Equipamento biológico	0,00	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.443,05	2.200	-	-	-	12.643,05
Outros activos fixos tangíveis	183,54	59,55	-	-	-	243,09
	<u>24.226,57</u>	<u>5.619,84</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.029,95</u>

	31 de Dezembro de 2013					Saldo em 31-Dez-13
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	4.071,17	-	-	-	-	4.071,17
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	30.732,48	-	-	-	-	30.732,48
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	31.683,63	830,00	-	-	-	32.513,63
Outros activos fixos tangíveis	1.503,00	-	-	-	-	1.503,00
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>67.990,28</u>	<u>830,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.820,28</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	223,27	40,71	-	-	-	263,98
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	16.920,54	3.215,19	-	-	-	20.135,73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	12.643,05	2.260,47	-	-	-	14.903,52
Outros activos fixos tangíveis	243,09	187,87	-	-	-	430,96
	<u>29.786,86</u>	<u>5.704,24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.734,19</u>

5. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em empresas participadas, em 31 de Dezembro de 2013 apresentavam-se como segue:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas rubricas “Partes de capital”, foi o seguinte:

Partes de capital	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	Saldo em 31-Dez-13
Enercastro, Lda	4930,84	-	-	-	(4.931)	0
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	<u>4930,84</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>(4.931)</u>	<u>0</u>

A empresa Enercastro, Lda. foi dissolvida, não tendo sido atribuído nenhum valor à Proruris

6. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-dez-13		31-dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	70.032,46	-	29.091,10
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	<u>70.032,46</u>	-	<u>29.091,10</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>70.032,46</u>	-	<u>29.091,10</u>

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-13	31-dez-12
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	2.854,18	107,74
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7.427,55	7.873,39
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	9.105,35	1.459,21
Segurança Social	7.399,50	3.633,52
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>26.786,58</u>	<u>13.073,86</u>

8. Outra contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-13		31-dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por aumento de rendimentos	-	0,00	-	48.157,81
Outros	-	99.428,75	-	77.304,00
	-	99.428,75	-	125.461,81
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	99.428,75	-	125.461,81

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2010 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-dez-13	31-dez-12
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	2.844,16	1.439,27
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	2.844,16	1.439,27
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	-	-

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-13	31-dez-12
Caixa	2.661,99	727,34
Depósitos à ordem	6.560,25	685,79
Depósitos à prazo (i)	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	9.222,24	1.413,13

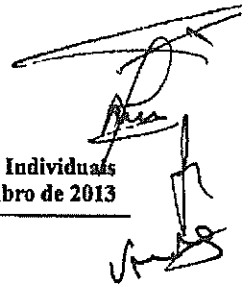
11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2013, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Câmara Municipal de Vinhais	100%	50.000



12. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

13. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 15 de Abril de 2013, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse transferido 5% para Reservas Livres e o restante para a rubrica Resultados transitados.

Esta rubrica inclui ainda os ajustamentos decorrentes da transição do POC para o SNC, de acordo com o previsto na NCRF 3, tal como referido na nota 2.

14. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-13	31-dez-12
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	6.876,80	6.876,80
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	-	-
	6.876,80	6.876,80

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-13		31-dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	-	-	-
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	33 145,76	-	64 424,24
Locações financeiras (vi)	-	-	-	-
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	-	33.145,76	-	64.424,24

16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-13		31-dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	718,50	-	398,11
Remunerações a Liquidar	-	0,00	-	28.313,04
Credores Diversos	-	0,00	-	1,27
	-	<u>718,50</u>	-	<u>28.712,42</u>

17. Fornecedores

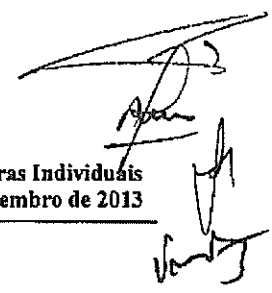
Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-13	31-dez-12
Fornecedores conta corrente	14.806,11	5.389,98
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>14.806,11</u>	<u>5.389,98</u>

18. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2013 e de 2012 foram como segue:

	31-dez-13			31-dez-12		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Prestação de serviços	570.446,25	-	570.446,25	349.488,97	-	349.488,97
	<u>570.446,25</u>	-	<u>570.446,25</u>	<u>349.488,97</u>	-	<u>349.488,97</u>



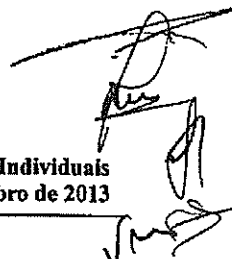
No quadro seguinte encontram-se divididos os réditos pelas várias actividades.

Réditos	2013
Prestação de Serviços	
• Formação	217.371,82
• Inseminação Artificial	19.996,45
• HACCP/Pest control	6.711,88
• SNIRA	367
• EVENTOS (Corrida + Luta de touros)	18.068,28
• Consultoria	5.588,38
• Serviços IFAP	59.943,64
• Geral	57.834,49
• Parque Biológico	111.064,31
• Espaços Verdes	73500
TOTAL	570.446,25

19. Subsídios à exploração

No período de 2010 e de 2009 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	<u>31-dez-13</u>
Transferencias CMV	<u>277.000</u>
	<u>277.000</u>



20. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

O reconhecimento dos resultados (ganhos e perdas) das empresas participadas, nos exercícios de 2013 e de 2012, é apresentado no quadro que segue:

Enunciado	31-dez-13			31-dez-12		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
	-	4.930,84	4.930,84	-	59,50	59,50
	-	4.930,84	4.930,84	-	59,50	59,50

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-dez-13	31-dez-12
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	197.022,05	138.509,98
Materiais	39.253,79	12.133,79
Energia e fluidos	25.183,55	9.396,01
Deslocações, estadas e transportes	2.260,85	1.828,67
Outros Serviços	155.819,13	119.071,62
	<u>419.539,37</u>	<u>280.940,07</u>

22. Gastos com o pessoal

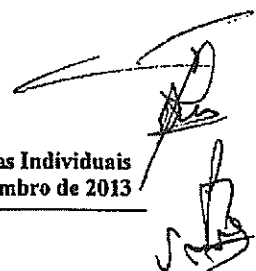
A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	332.795,43	164.974,90
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	73.287,73	37.190,50
Seguros	2.679,55	1.618,86
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	-	-
	<u>408.762,71</u>	<u>203.784,26</u>

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios de 2013 e 2012 foi 24 e 10 colaboradores respectivamente.

23. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o detalhe desta rubrica era segue:



	31-dez-13			31-dez-12		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Em investimentos financeiros	-	4.930,84	0,00	-	59,50	4.930,84
Em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Em activos biológicos	-	-	-	-	-	-
	<u>41.639</u>	<u>4.930,84</u>	<u>0,00</u>	<u>41.274</u>	<u>59,50</u>	<u>4.930,84</u>

24. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-dez-13	31-dez-12
Rendimentos suplementares	-	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,00
Recuperação de dívidas a receber	-	0,00
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	75,55	109,76
	<u>75,55</u>	<u>109,76</u>

25. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-dez-13	31-dez-12
Impostos	1.823,72	590,96
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	4.930,84	59,50
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	466,05	1.493,54
	<u>7.220,61</u>	<u>2.144,00</u>

26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-13			31-dez-12		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	5.704,24	-	5.704,24	5.619,84	-	5.619,84
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>5.704,24</u>	<u>-</u>	<u>5.704,24</u>	<u>5.619,84</u>	<u>-</u>	<u>5.619,84</u>

27. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	31-dez-13	31-dez-12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.502,80	1.974,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>1.502,80</u>	<u>1.974,43</u>
Resultados financeiros	<u>-1.502,80</u>	<u>-1.974,43</u>

28. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2013, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2012.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

